

**SÍNTESE DOS  
TEMAS  
TRATADOS NAS  
OFICINAS**

# SÍNTESE DOS TEMAS TRATADOS NAS OFICINAS

As oficinas de divulgação do edital seguiram o mesmo roteiro e utilizaram as mesmas apresentações:

- Mesa de abertura
- Apresentação dos participantes
- 1 - Apresentação DGM/FIP Brasil
- 2- Marco legal e controle social (Povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais)
- 3- REED e produção sustentável
- 4 - Apresentação do Edital I/2016
- 5 - Apresentação da manifestação de interesse
- 6 - Exercício de preenchimento de Manifestação de Interesse
- Encerramento

É apresentada a síntese dos debates estabelecidos a partir das exposições da equipe do DGM. Os debates foram organizados, neste relatório, em torno de considerações, questões e sugestões feitas pelos participantes relacionadas a cada tema.

## **1 - Apresentação do DGM/FIP realizada pela equipe do DGM Brasil**

Power Point (inserir)

### **MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES**

#### **Considerações**

São recursos do Banco Mundial, que continua investindo no agronegócio, no governo para continuar a velha política desenvolvimentista, destruindo o Cerrado.

São muitas as contradições relativas ao financiamento de países ricos, visto que são esses países os maiores promotores do consumismo que altera o clima.

Se nós não mudarmos o modelo social, vai ficar só nisso. Quem preserva são os povos, e o dinheiro internacional e o dinheiro público são investidos para desmatar. Teria que ter um conjunto para sentar com o governo.

## **2-Marco legal e controle social (Povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais).**

Apresentação Marco Legal e Controle social

Power Point (inserir)

#### **Considerações**

- Os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, resistiram até hoje. Nós tivemos avanços nos marcos legais, mas também tem retrocesso. É tudo contraditório.
- A ADIN contra o decreto 4.778 que regulamenta a regularização fundiária para quilombola está parada no Supremo, mas há ação política para seu julgamento.
- A regularização fundiária é um processo longo e burocrático.
- Resistência é isso, a luta é essa. Eu vejo o projeto como uma oportunidade de marcar presença e demarcar espaço.
- Quando se trata de marco legal é importante colocar sobre o custo/oportunidade disto. É importante valorar isso em termos econômicos. Dar visibilidade econômica para a preservação das áreas realizada pelas comunidades tradicionais.
- Descrença das políticas aprovadas gera dificuldade de estimular a participação da sociedade brasileira. Tem políticas, em função da pressão, mas, o Estado não tem política. É claro que a Lei do Babaçu Livre não funciona. O investimento na participação, na gestão das políticas, foi tudo por água abaixo, em função dos projetos do agronegócio, hidroelétricas. O governo pega o recurso e desvirtua.
- Destacada a importância de estratégias para acessar o recurso e implementar leis que protejam as atividades de povos e comunidades tradicionais.
- É importante denunciar o que está aí, acontecendo. Utilizar o espaço para colocar a contradição.

### **Perguntou-se aos participantes, quais seriam as outras instâncias e marcos legais relativos aos povos e comunidades tradicionais?**

As principais Instâncias e Marcos legais apresentados pelos participantes foram:

- ICMS-ecológico - No Estado do Tocantins, Apinajé. Krahô, Xerente.
- Lei do Babaçu Livre das Quebradeiras de Coco. No Tocantins tem a lei aprovada. No Piauí a lei está encaminhando.
- Recebem o recurso por conta da unidade de conservação e pelas comunidades indígenas.
- Tocantins- Portaria 362/07 – portaria que regula a partir da pressão das comunidades do Jalapão – gerou dois mapas – atualmente está em pauta a política do uso do capim dourado e do buriti.
- Foi aprovado o zoneamento ecológico do Tocantins. Sem muita efetividade

### **Questões**

- Como o DGM pode apoiar a organização de povos e comunidades tradicionais no âmbito do fortalecimento dos marcos legais?
- O DGM pode ajudar no autoreconhecimento, reconhecimento identitário?

### **Sugestões**

- Colocar nos editais os marcos legais que são referência para análise.
- Melhorar a linha temática de apoio à organização de povos e comunidades tradicionais. Da educação, educação indígena, educação do campo.
- Fazer uma discussão mais política, sobre a lei do bacuri, lei do pequi, e do reconhecimento que são as comunidades tradicionais que mantém a área.

### **3- REDD e produção sustentável**

Apresentação REDD

Power Point (inserir)

#### **Considerações**

Receios e preocupações

- Cautela. Os recursos tem origem nos países que mais poluem e mais degradam. Será que mais uma vez não estaremos submetendo as comunidades a uma troca desigual de espelhos e miçangas?
- O mesmo mercado que produziu o desmatamento, agora quer resolver o problema?
- Coloco uma interrogação sobre o tipo de floresta que querem no REDD. O questionamento é: que não dá para aceitar qualquer proposta. Devemos analisar com muito cuidado.
- Fiquei preocupado pela questão do REDD. Vão levar a discussão do modelo de agronegócio, do eucalipto, dizendo ser sustentável.
- O projeto internacional vindo para o nacional, não dá para confiar. Visto o que aconteceu com os Munduruku, que não dá certo. Porque eles estão interessados na nossa terra.
- A relação do REDD está cheia de contradições, surgiu de cima para baixo de um viés internacional para um nacional. A questão do capitalismo.

#### **Mercado de carbono**

- A relação entre o REDD e os povos indígenas surgiu, em um primeiro momento, dentro de uma discussão focada para o mercado de carbono. Em decorrência disso, foram preparadas várias discussões e materiais informativos ampliando essa discussão para além do próprio mercado.
- O mercado de carbono para povos indígenas e comunidades tradicionais pode ser uma armadilha. A questão mais importante para os povos indígenas é a liberdade. Temos uma dificuldade enorme e acabamos entrando em discursos que não são nossos e somos sempre pautados. Ficamos correndo atrás de um jogo que de repente já acabou.
- Foi lembrada a encíclica papal sobre a proteção ao meio ambiente.
- Falta habilidade para negociar isso com os investidores diretamente, também qualquer iniciativa não pode ferir a liberdade e autonomia no manejo e gestão dos seus territórios.
- Essa palavra REDD cada um de nós pode pensar em uma coisa diferente. Trata da comercialização do gás carbônico e oxigênio. Até mesmo onde nós preservamos, não temos o direito de usufruir. O agronegócio tem apoio para desmatar, mas ainda não temos acesso às políticas públicas, PNAE. Informar-se mais. Temos que pensar nessas coisas, como que a comunidade terá acesso e como implementar nas aldeias.

## **Oportunidade**

- A questão do REDD deve ser uma proposição, um encaminhamento. O debate não desce até os municípios mais pobres, se consegue levar para o pequeno agricultor para as comunidades tradicionais, consegue viabilizar o CAR, ex.: prefeito de cidade pequena está preocupado com o asfalto, não está preocupado com REDD porque ele não tem conhecimento.
- REDD pode ser uma oportunidade para as comunidades acessarem recursos pelos seus serviços. Tem que haver mais clareza sobre o assunto.
- As comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, sempre prestaram esse serviço para a sociedade. Porém, o agronegócio está crescendo. A gente faz a nossa parte, mas se não tiver um mecanismo para frear o agronegócio, não tem jeito, eles têm muito mais poder de destruição e para eles tudo é facilitado.

## **Descrédito de políticas compensatórias**

- Quando a gente ouve essa palavra REDD, para mim é um retrocesso. Há 12 anos eu participava de um programa que tratava disso. O pró-ambiente. Não é só de carbono que está se falando. Se não existe uma lei que permita pagar os serviços ambientais, quem tem que pagar por isso? Todo mundo já sabe, são as grandes empresas.
- REDD é um mecanismo criado como tantos outros, outros mecanismos também que na prática não funcionam. Essas grandes ONGs internacionais teriam que ser mais incisivas. Em um ano a Suzano chegou aqui no Maranhão e arrasou. Esse REDD é apenas para enganar.
- Ressalto que as águas estão sumindo por causa do eucalipto, soja e teca. Isso não é sustentabilidade, apesar de ser verde. Sustentabilidade é a floresta. São as nossas ações pequenas, que ainda estão dando sustentabilidade, mas o poder é do eucalipto, que pode tudo e é financiado.
- Eu trabalho com seis terras indígenas. Os fazendeiros recebem dinheiro para fazer desmatamento e nós não recebemos nada para conservar. Nós estamos enfrentando grandes empreendimentos como ferrovia norte-sul, barragens no Tocantins, monocultura. Temos vários conflitos com o governo do município, do Estado e da União. São negados nossos direitos dentro desse país.
- Discussão do REDD vai além da preservação. Não é só uma troca, se for só marketing não vale a pena.
- Representa uma rede de conservação versus reconhecimento, estamos ainda na luta pelo território, eles vêm e nos enfia por goela abaixo esse REDD. Será que isso vai impedir que a gente plante, enquanto o agronegócio destrói tudo, passa o agrotóxico por cima da nossa casa. Precisamos compreender.

## **Cultura**

- O REDD é uma imposição capitalista, do mercado e do agronegócio. Onde eles estão investindo na questão do Brasil. Eles estão investindo nas áreas indígenas. Para fazer contratos. Se a gente fizer contratos com eles, a gente não vai poder continuar com nosso jeito, a nossa cultura.
- REDD é uma espécie de guarda chuva grande que os países industrializados colocam para os países em desenvolvimento. Temos de ter cuidado para como

inserir, estamos no mundo capitalista, e nós? Nós temos nossa cultura. Qual o modelo que está por trás disso? É um modelo que contribui para fortalecer a cultura ou minar?

- Falta amadurecer, não é uma questão de posição, é uma questão de entendimento e amadurecimento. O debate está fragmentado
- Precisamos conhecer e analisar de forma crítica. Quais efeitos serão gerados nas comunidades? REDD vai fortalecer a lógica da mercadoria nas comunidades.
- É preciso entender que é contraditório. A gente vai querer acessar essa lógica dos projetos? Gerir um projeto que não é na lógica da comunidade. A colonização às vezes não vem de forma direta, vem de forma indireta.
- Até que ponto que essa lógica da natureza como mercadoria não está sendo implantada com o REDD?
- A questão do REDD, não é uma estratégia de garantir a diversidade ambiental. Isso é "bem comum"? Colocar preço, financeirizar a natureza, mudar a cultura!

### **Questões**

- Como DGM poderá contribuir para levar o debate do REDD para as comunidades tradicionais?
- Qual a vinculação da discussão do REDD com o edital? Os projetos DGM Brasil devem estar vinculados ao mecanismo REDD?
- Como se darão os valores para a venda do carbono, sendo que não somos nós que o estipulamos, mas sim os outros? O valor do REDD será definido em bolsa de valores? Estamos preparados para isso?
- Os recursos virão via projetos e fundos ou direto para as comunidades?
- O cálculo de carbono é feito por biomassa. A preocupação é a sobreposição do REDD ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Como que se relacionam o REDD e outros programas de Pagamento por Serviços Ambientais?
- Sobre as estratégias de implementação do REDD no Brasil, não haverá consultas públicas?
- As instâncias de controle social estão discutindo o assunto?
- Com os mecanismos de REDD, não existe o risco de criar uma lógica de monetização positiva de degradação ambiental em outros espaços?
- Quais mecanismos podemos desenvolver nas comunidades rurais, para que os agricultores se apropriem das informações? Pode o projeto contribuir para isso?
- Qual impacto para a cultura indígena? Como vai ser o pagamento por esses serviços ambientais?
- A sociedade civil tem que ter proposta para reverter. Pedimos apoio para a construção do mapa do cerrado. Será que o projeto poderá apoiar?

### **Sugestões**

- O REDD deve atacar desmatamento ilegal "consentido".
- Apontar as contradições do REDD. Se não houver uma medida dura para bloquear o agronegócio, não funciona.
- Precisamos de um seminário só para discutir REDD, tem que ter mais informações para discutir isso. É compensatória e contraditória.

- Ajudar a acabar com essa história de compensação de degradar ali, para compensar aqui.
- REDD deveria ser esclarecido para as grandes empresas, e não só para comunidades tradicionais. Porque que as grandes empresas não trabalham com REDD? Em vez delas pagarem, deveriam mudar, poluir menos.
- Destacar qual a relação entre o REDD e os Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCT): quando surgiu o REDD surgiu como necessidade de redução de emissões, associada ao manejo sustentável e a proteção ambiental. Os PIQCTs já fazem uso sustentável dos recursos naturais.

## 4 - Apresentação do Edital I/2016

Power Point Inserir

Durante a apresentação de cada parte do Edital I/2016, todas as dúvidas e questões dos participantes foram esclarecidas.

### Questões

Sobre a apresentação das propostas:

- As organizações que compõem o CGN poderão apresentar propostas? Sim.
- Um mesmo grupo, com diferentes associações, pode apresentar mais de uma proposta? Sim, porém, a análise e seleção de projetos irá levar em conta a diversidade de regiões e comunidades existentes no bioma Cerrado, em um contexto de recursos escassos.
- Grupos que ainda não estão com associações regularizadas poderão apresentar proposta? Associações não regularizadas não podem ser proponentes, porém, o grupo pode apresentar proposta através de outra organização parceira regularizada.
- Uma organização de apoio que apresentar proposta por um grupo comunitário, poderá ficar com parte dos recursos? Se estiverem previstas no projeto ações e atividades a serem executadas pela organização de apoio, sim.
- É necessário CAR para apresentar proposta? Não.
- Tem problema se o projeto estiver nas proximidades de sítios de interesse e valores culturais? Não. No entanto deve-se prever todo e qualquer impacto que o projeto possa causar ao sítio e seu entorno, bem como medidas preventivas e de mitigação, caso seja exequível o projeto.

Sobre Financiamento e organização do projeto:

- Quem delibera sobre a aprovação final dos projetos a serem aprovados? O CGN - Comitê Gestor Nacional.
- No que se constituem as visitas a campo? Estão previstas três visitas a campo: a primeira de checagem de informações, análise de propostas e marco zero (informações iniciais de partida para o monitoramento); a segunda visita de campo de acompanhamento e monitoramento do projeto; e a terceira visita de acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto (marco 1).
- Qual a previsão de prazos para execução do fluxo? A previsão de divulgação do resultado final da seleção é para a segunda quinzena de agosto.

- Há possibilidade do projeto financiar mapeamento de impactos ambientais? – Balsas/MA – caberia dentro da proposta? Sim.
- O FIP financia outros programas além do DGM? Sim.
- O CAA/NM cobre boa parte do norte de Minas, como ficarão essas comunidades que o CAA/NM apóia? Pois ele não poderá fazê-lo? Outras organizações parceiras na região devem apoiar os grupos e comunidades a apresentarem suas propostas.
- Em muitas regiões do Brasil vamos encontrar áreas sobrepostas por conflitos de interesses. Como será o tratamento disso dentro do DGM? Em áreas sob disputa ou conflito, cada situação será analisada caso a caso.
- Assentamento que não está regularizado pode apresentar proposta? Sim, desde que constituído de membros de comunidades tradicionais.
- Entra também o apoio a ações de mobilização visando territórios indígenas não titulados? Sim.
- Comunidades tradicionais, como que vão fazer a identificação? Através da autoidentificação e autodeclaração, entre outros meios.
- Uma associação que nunca tenha desenvolvido nenhum projeto pode apresentar proposta? Sim. Não é exigido tempo mínimo de existência da constituição da organização.
- Pode apresentar para 2 terras indígenas? Um projeto pode envolver 2 terras indígenas ao mesmo tempo e ser apresentado por uma associação? Sim.
- A associação que perdeu sua ata de fundação pode apresentar proposta? Não. A ata de constituição da organização é documento necessário para habilitação da proponente. No caso de perda o responsável deve procurar o cartório onde foi realizado o registro da ata e requerer uma segunda via.
- As propostas selecionadas pelo CGN serão aprovadas mesmo sem que os projetos técnicos estejam elaborados? Sim.
- A manifestação de interesse tem que ser apresentada antes do projeto? Sim.
- Das questões de 06 a 09, do item 4. "Linhas Temáticas", porque o mesmo critério não é considerado para territórios indígenas (territórios não demarcados)? Porque o processo de em terras indígenas tem sua especificidade.
- Universidades podem apresentar projetos? Não.
- Órgãos de governo podem apresentar projetos? Não
- Uso e aquisição de álcool de cereais é permitido para produção de produtos fitoterápicos (medicina tradicional)? Sim.
- Admite-se o plantio de espécies econômicas, visando o uso/corte no futuro? Sim, desde que atenda à legislação ambiental vigente.
- É possível fazer atividades em Área de Preservação Permanente (APP)? Sim, desde que não resulte em prejuízos em termos ambientais e siga a legislação prevista no Código Florestal Brasileiro e demais normas ambientais relacionadas à Recuperação e Preservação de APP.
- É possível acrescentar espécies nativas? Sim
- Não posso misturar as janelas, ou seja, consorciar mercado com preservação ambiental? Pode. Por exemplo, daria para conciliar, em um único projeto, a

janela do tipo gestão de recursos naturais + projetos orientados para o mercado, possibilitando melhoria de renda.

- Parcialmente inserido no bioma Cerrado quer dizer o quê? Que o projeto esteja inserido parcial ou totalmente nos municípios que compõem o mapa de vegetação do bioma Cerrado IBGE.
- Na salvaguarda do banco há exigência de licenciamento ambiental? Como seria estratégia do CAA/NM em relação a isso? Além das salvaguardas do Banco Mundial, todo projeto tem que cumprir também a legislação ambiental nacional. Em caso de projeto que requerer licenciamento ambiental para sua implementação, o serviço de consultoria para a realização desta atividade deve estar prevista no orçamento do projeto.
- Há alguma indicação de percentual para aplicação em recurso humano? Não. Depende de cada projeto.
- O Piauí está no Cerrado – a organização interestadual pode propor? Sim
- A análise do projeto é feita por quem? Pela equipe chave e de apoio do projeto DGM. Em última instância os projetos são aprovados pelo CGN - Comitê Gestor Nacional.
- Vai haver possibilidade de readequação entre manifestação de interesse e apresentação do projeto final? Ajustes e adequações estão previstos na fase de elaboração do projeto final.
- O projeto financia capital de giro? Não.
- Contratação de mão de obra, prestação de serviços, pode? Sim.
- Pode ocorrer o remanejamento de recursos e atividades? Desde que justificado e que demonstre a necessidade do remanejamento para o alcance dos objetivos do projeto.
- Qual o destino dos bens adquiridos pelo projeto? Mesmo que a nota saia em nome do CAA/NM, ao final da execução e após parecer da Assembléia Geral do CAA/NM, os bens passíveis de doação serão transferidos para organização proponente ou comunidade beneficiária.
- Se o município estiver em áreas de transição (cerrado e mata seca, por ex.), pode apresentar proposta assim mesmo? Desde que o município faça parte da lista dos municípios do mapa de vegetação do bioma Cerrado IBGE.
- Quando a área é coletiva não precisa ter autorização? Tem que ter o aceite da comunidade para ações em áreas coletivas.
- Quando considera o início do projeto? A partir da assinatura do Termo de Doação entre a organização proponente e o CAA/NM.
- Na apresentação de outros grupos, vi a experiência de gestão de território. A minha dúvida é o seguinte: onde entraria? A princípio parece mais adequado no Tipo de projeto Gestão dos Recursos Naturais. Ou mesmo Respostas Imediatas às Ameaças e Vulnerabilidades, dependendo da natureza do problema que se quer solução.
- Em comunidades tituladas ou não tituladas, poderíamos pensar um plano que envolvesse todo o território sendo que uma parte esta titulada e outra não está titulada? Sim.
- Uma capacitação, como vai ser a questão financeira? O CAA/NM vai pagar direto a capacitação? A princípio sim. Será feito um termo de referência para

seleção e contratação de consultor e o serviço será pago diretamente pelo CAA/NM.

#### Carta de Anuência

- A carta de anuência é para quê? É para demonstrar que a comunidade está ciente de que o projeto está sendo elaborado por uma organização parceira de sua confiança e reconhecimento, uma vez que a comunidade ou grupo de beneficiários não possuem uma organização formalizada, constituída de CNPJ e outros requerimentos para apresentarem elas próprias a proposta.
- A carta quem dá é a comunidade? Sim, são os membros da comunidade beneficiária do projeto.
- Pode enviar vídeo que apresenta a anuência da comunidade? Neste edital não, porém, estamos colhendo sugestões para serem analisadas para o próximo edital.
- Se o projeto vai ser realizado em diferentes comunidades, é preciso ter carta de anuência de cada comunidade? Sim.
- Quem delibera são os líderes, os caciques, então, eles que dão anuência? Pode ser, desde que os membros da comunidade estejam cientes e de acordo com o projeto.
- A carta de anuência deve ser dada por todos os beneficiários? Ou só da associação vale? A carta de anuência é para demonstrar que a comunidade tem ciência do projeto e que o mesmo será apresentado por uma organização parceira legalmente constituída. Os representantes da associação podem apresentar esta carta de anuência e são responsáveis pela fidedignidade das informações que serão comprovadas quando da visita de campo.

#### **Sugestões**

Criação de um cadastro nacional para impedimento dos executores inadimplentes.

Estreitamento/fortalecimento da Rede Cerrado, visto que ela é composta por várias organizações comunitárias.

Envio de vídeo em substituição à carta de anuência da comunidades, quando necessário.

## **5 -Apresentação da manifestação de interesse**

### **Exercício sobre a Manifestação de Interesse: aspectos abordados e onde os grupos tiveram mais dificuldade.**

- No ponto de partida, na delimitação e formulação do problema.
- A questão temática tem que tomar cuidado por serem pequenos projetos. Não pode abraçar tudo o que está na temática, que é muito mais ampla. Recortar a área de trabalho para tornar a proposta exequível.
- Dificuldade em pensar a implementação: que teria também o papel de sensibilização da comunidade.
- Preparação da equipe local do projeto para atuar no campo do monitoramento.
- Durante o exercício o grupo teve dificuldade de construir as atividades.

- Dificuldade de trabalhar objetivo específico, sem trabalhar o geral.
- Dificuldade em enxergar possíveis mudanças no período de 24 meses.
- Entender que é possível colocar mais de uma linha temática.
- A questão que não apareceu no trabalho de grupo, em relação à contrapartida, o exercício se limitou a descrição do projeto e não abordou várias questões, vale a pena colocar contrapartida.
- Escolha adequada da janela ou tipo de projeto em função da natureza da proposta.
- A questão do universo da participação das mulheres e jovens é destacada, levando em consideração que os homens já estão incluídos.
- Dificuldade de monitoramento de atividades subjetivas. Ex.: Sensibilizar/Sensibilização.

**Considerações e sugestões:**

- Tempo do projeto (dois anos) dependendo da ação não é exequível se exige mapear o que está sendo perdido, planejar e executar planos de recuperação. Sugere-se ampliação do prazo de execução de projetos desta natureza.
- Fazer uma conversa no âmbito do Estado e municípios, para que os mesmos compreendam a natureza do projeto e ajudem na sua execução . Isso é de extrema importância, sobretudo onde o Estado pode atrapalhar muito.